



43 ANOS. Sempre com os Agricultores!

MANIFESTAÇÃO DE AGRICULTORES 14 DE JUNHO DE 2021

Principais Reclamações Nacionais

A entrada da PAC em Portugal e as suas sucessivas revisões, aliadas a desastrosas políticas nacionais, saldaram-se na destruição de centenas de milhar de explorações e de postos de trabalho na agricultura, na concentração da propriedade, no abandono do mundo rural e na desertificação, com consequências brutais, como as que se viram nos incêndios de 2017.

Consequências que não afectaram todos por igual. A tese de apoiar a competitividade, e a economia de escala, levou a canalizar os apoios para um punhado de grandes agrários, uma parte dos quais não produz qualquer alimento, ao passo que se forçou ao encerramento das mais pequenas explorações.

A não haver uma alteração de fundo das opções nacionais aprofundar-se-ão as injustiças e não se dará resposta à nossa soberania alimentar.

1. Regulamento de Transição - Decisões Nacionais 2022

As decisões Nacionais para a aplicação da PAC em 2022 deveriam já ser do conhecimento dos agricultores. Daqui a pouco mais de 3 meses começa o novo ano agrícola e devido à indecisão governativa, os agricultores continuam sem saber que apoios vão ter. A CNA defende o seguinte:

- A adopção de um pagamento uniforme por ha nas ajudas directas prejudica principalmente as pequenas e médias explorações do Norte do País, e o sector da pecuária. Assim a CNA defende que este processo deve ser interrompido em 2022. A sua discussão e aplicação (caso seja obrigatória) deve ser realizada no contexto da nova PAC. Relembramos que, segundo dados do GPP, caso esta opção se mantenha, em 2022 um diminuto número de explorações com mais de 1000 ha vai passar a receber a mais 9 milhões de euros anuais, e que a opção de avançar já para uma convergência a 100% é apenas do Governo português;
- O aumento do Regime da Pequena Agricultura (RPA) para os 1000€, em 2022, continuando assim um processo de valorização deste regime, com vista a atingir o valor de 1250€ já em 2023;
- A continuidade dos valores aplicados em 2021 para o pagamento redistributivo;
- A aplicação de uma redução de pagamentos e plafonamento das ajudas, de forma faseada, com o objectivo de em 2023 se aplicar este mecanismo presente

na proposta da Comissão Europeia (redução a partir dos 60000€, plafonamento aos 100000€);

- A prorrogação por mais 1 ano dos actuais compromissos da medida de apoio à produção integrada ou então a abertura de novos compromissos por um ano, mantendo as regras actuais. A três meses do início da próxima campanha agrícola é já muito tarde para estar a implementar uma nova medida deste tipo;
- A criação de um pagamento ligado para os cereais deve contemplar a produção em todo o País, não só dos cereais de regadio mas também de sequeiro e a ajuda não deve estar ligada a produtividades, que não possam ser cumpridas pelos agricultores familiares que usam variedades tradicionais.

2. Propostas para o PEPAC Nacional

Em Portugal, cerca de 40% dos agricultores não beneficiam de pagamentos directos da PAC. Dos que beneficiam, os pequenos e médios agricultores, até 25 ha, representam cerca de 90% dos beneficiários da PAC. Apesar destes agricultores constituírem a imensa maioria, os mesmos só recebem 30% das ajudas directas.

Mas se estes dados demonstram claramente que a PAC não considera nos seus apoios a dimensão social, mostram que a PAC também não considera a dimensão económica, porque, estes 90% de beneficiários, apesar de possuírem apenas 25% da SAU candidata às ajudas, representam quase 50% do valor da produção e, como tal, seria justo que uma percentagem igual das ajudas lhes correspondesse.

Se estes agricultores com apenas 25% da SAU, e apenas 30% das ajudas directas, representam quase 50% do valor da produção, imagine-se o que poderiam representar se tivessem 75% da SAU e 70% das ajudas directas, quanto isto poderia representar em termos da balança comercial para Portugal, um país que importa cerca de 70% da sua alimentação.

A CNA reafirma a necessidade de continuidade das reuniões técnicas como as que já decorreram sobre a arquitectura verde e o investimento, alargando-as aos restantes temas, nas quais a CNA defenderá as suas posições.

- **No que às definições e conceitos** diz respeito, a CNA defende a adopção de um conceito de agricultor activo, que preveja a realização de actividades mínimas de forma a impedir que se paguem ajudas a quem não tenha uma actividade produtiva;
- Defende também o aumento faseado do **Regime da Pequena Agricultura**, para 1 250€ em 2023. Este regime deve ainda ser simplificado permitindo a redução de área (com correcção na ajuda) e permitir a entrada de agricultores todos os anos;
- Propomos a valorização e o aumento do pagamento redistributivo, assim como a aplicação de uma modulação a partir do 60000 € e o plafonamento aos 100000€. Só assim será possível a inversão do cenário actual nacional, em que 7

% dos agricultores recebem 70% das ajudas. Estes mecanismos devem ser aplicados a todas as ajudas directas, incluindo ecoregimes;

- Ao nível dos **ecoregimes** a CNA considera como muito negativa a proposta de transferir para o primeiro pilar o apoio às raças autóctones e a nova medida dedicada à produção integrada, já que assim os agricultores em RPA deixam de se poder candidatar estes apoios. Para isto ser possível os regulamentos da União Europeia, ainda em discussão, devem permitir que quem se candidate ao RPA possa também aceder aos ecoregimes;
- Ainda em matéria ambiental a CNA considera que se devem criar medidas que promovam a produção de alimentos com vista à valorização e generalização da **dieta mediterrânica**, para além das medidas já existentes para as culturas tradicionais, cujos valores devem ser aumentados. Defendemos a criação de uma medida específica para os sistemas policulturais e outra para as culturas leguminosas;
- No **apoio ao investimento** defendemos a aplicação da taxa máxima permitida pelo regulamento para os investimentos da Agricultura Familiar, assim como o valor máximo do prémio à primeira instalação nas explorações de menor dimensão;
- A CNA considera ainda importante a manutenção dos apoios para as zonas desfavorecidas e propõe o aumento dos dois primeiros escalões;
- Em matéria das florestas, a CNA considera que este sector para além de ser verdadeiramente estratégico para a economia nacional, deve merecer uma prioridade como um dos factores âncora no quadro de desenvolvimento sustentável das economias rurais do Norte e Centro do País. Assim, o novo PEPAC deve apoiar uma floresta de uso múltiplo de espécies autóctones e onde os pequenos proprietários tenham espaço para desenvolver a sua actividade. Também neste ponto é fundamental garantir preços justos à produção da madeira e o PEPAC tem de ter isso em conta;
- No que diz respeito à transferência de conhecimento e ao aconselhamento agrícola, a CNA considera que se deve apoiar também as organizações de base, que estão junto dos agricultores, direccionando os apoios para a constituição de redes de apoio e transferência de conhecimento para os agricultores.

3. Prejuízos Causados por Animais Selvagens e por Intempéries

Os prejuízos causados por animais selvagens continuam a afectar muitas explorações da Agricultura Familiar, levando mesmo a que muitos deixem de semear as suas produções. A CNA volta a reclamar indemnizações imediatas para os pequenos e médios agricultores pelos prejuízos causados, para além da necessidade de medidas efectivas de controlo das populações destes animais.

O Governo deve também apoiar os prejuízos causados pelos fenómenos climáticos adversos que continuam a assolar o País e que provocam prejuízos muito avultados aos agricultores. São exemplos recentes o que se passou na zona do Fundão e no Douro,

para os quais o sistemas de seguros não responde e as medidas postas em prática pelo Governo são muito insuficientes.

4. Medidas de Apoio Excepcional COVID-19

As dificuldades provocadas pela pandemia da COVID-19 estão longe de ser ultrapassadas, principalmente para os pequenos e médios agricultores, pela insuficiência das medidas para as combater. A CNA propôs desde o início a adopção de medidas concretas de apoio à perda de rendimentos. As respostas têm sido na sua maioria insuficientes, tardias e desajustadas. O Governo aprovou recentemente a reformulação das medidas excepcionais de apoio COVID-19 no PDR2020, mas mais uma vez podem ser excluídos grande parte dos produtores que mais precisam. Sobre esta medida a CNA considera:

- No sector do vinho, apenas se está a apoiar os produtores de vinho certificado, ficando de fora os restantes produtores e mais grave ainda os que apenas produzem uvas e entregam a sua produção, por exemplo, nas adegas cooperativas. A CNA defende a alteração desta medida para incluir estes produtores;
- No sector do leite continuam na generalidade os problemas identificados na primeira fase destas medidas e continua a não se apoiar os pequenos produtores de queijo, que devem, sem dúvida, ser elegíveis.

5. Medidas de Apoio à Redução dos Custos de Produção

Os custos de produção continuam muito elevados e os agricultores não conseguem fazer repercutir estes custos nos preços que lhes são pagos. Assim, será importante a criação de medidas específicas ou o reforço das já existentes. A CNA reclama a concretização da legislação aprovada recentemente na Assembleia da República que prevê a comparticipação dos custos com a electricidade, e o aumento do desconto no gásóleo verde.

6. Baldios

A primeira grande reclamação que fazemos é que o Governo através do ICNF deve cumprir integralmente a Lei dos Baldios. Tem-se assistido a um desrespeito, uma clara violação do actual quadro legal em matéria das áreas protegidas dos Baldios, com a criação de comissões de co-gestão nas áreas protegidas, marginalizando os representantes das Comunidades Locais.

O mesmo aconteceu com o regime jurídico que criou o Plano Nacional de Transformação Paisagem, e a criação das Áreas Integradas de Gestão de Paisagem, impedindo legalmente os Órgãos Gestores dos Baldios de poderem ser Entidades Gestores destes espaços comunitários.

O Governo deve apoiar sem delongas as Associações do sector florestal e dos Baldios, cumprindo uma das orientações da Estratégia Nacional para as Florestas e da Lei de Bases da Política Florestal.

7. Medida de Apoio à Modernização dos Tractores Agrícolas

Esta é uma medida muito importante no combate à sinistralidade ocorrida com máquinas agrícolas e que teve uma procura (como se esperava) muito elevada. As mais de 7000 candidaturas devem ser contempladas, assim reúnam todas as condições técnicas. A CNA defende que é imperativo o reforço financeiro desse aviso de forma a que nenhuma candidatura seja rejeitada por falta de dotação financeira.

8. Eleições para a Casa do Douro

Não há qualquer razão para que o processo eleitoral para a Casa do Douro não avance, o Governo tem de cumprir a Lei. O processo eleitoral tem de ocorrer sem mais demoras.

9. Estatuto da Agricultura Familiar

A CNA continua a reclamar a concretização do Estatuto da Agricultura Familiar, quer pela melhoria das condições de elegibilidade quer pela criação de medidas concretas, nas várias valências que o decreto do Estatuto prevê. A promessa do actual Governo em concretizar este importante mecanismo, tarda em ser cumprida.

Por fim a CNA não pode deixar de referir o já crónico problema dos preços baixos à produção. São necessárias medidas efectivas de controlo do mercado, é necessário regular a actividade das grandes superfícies. Se tal não for feito, continua-se a condenar ao declínio milhares de explorações familiares.

Os agricultores não aceitam que o actual Governo diga por um lado que quer apoiar a agricultura familiar, quando na prática as medidas que aplica estão muito longe de o fazer e mesmo, em muitas circunstâncias, vão em sentido contrário. Assim, a CNA e os agricultores presentes na Manifestação em Lisboa do dia 14 Junho, reclamam do Governo a concretização destas propostas.

A CNA sempre com os Agricultores continuará a lutar pela melhoria condições de vida da Agricultura Familiar e por um Mundo Rural vivo, útil e produtivo.

14 de Junho de 2021

A Direcção da CNA